



Eixo: 7 - Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

Análises Acerca da Política Nacional do Cuidado no Brasil e a Teoria da Reprodução Social

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discorrer a Teoria da Reprodução Social-TRS, em especial realizar um debate sobre as contribuições dessa teoria para refletir os desafios da elaboração e implementação da Política Nacional do Cuidado no Brasil (PNC). A TRS é central para refletirmos que o trabalho de cuidado historicamente invisibilizado e na maioria das vezes não pago, fica a cargo das mulheres, como fruto da opressão e exploração que estruturam a sociedade capitalista-patriarcal-racista. Nesse sentido, o artigo proposto inicia-se refletindo aspectos conceituais da TRS, buscando apresentar as principais teóricas da teoria, e suas contribuições para refletirmos sobre o trabalho de cuidado. Realizando o movimento de refletir a PNC e os desafios de sua implementação, pela ótica da TRS.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; Crise do Cuidado; Política Nacional do Cuidado.

Analysis of the National Care Policy in Brazil in the Light of Social Reproduction Theory.

Abstract: This article aims to disagree with the Social Reproduction Theory-TRS, in particular by holding a debate on the contributions of this theory to reflect the challenges of preparing and implementing the National Care Policy in Brazil (PNC). The TRS is central to reflecting that the care work that has historically been made invisible and most of the time unpaid is the responsibility of women, as a result of the oppression and exploitation that structure capitalist-patriarchal-racist society. In this sense, the proposed article begins by reflecting conceptual aspects of TRS, seeking to present the main theorists of the theory, and their contributions to reflect on care work. Understanding the movement of reflection on the PNC and the challenges of its implementation, through the prism of the TRS.

Keywords: Social Reproduction Theory; Care Crisis; National Care Policy.

Introdução

Um grande marco para a Teoria da Reprodução Social consiste na publicação do livro “Marxismo e a opressão às mulheres”, publicado pela primeira vez em 1983, o texto produzido por Lise Vogel, debate a questão do trabalho doméstico, e do trabalho reprodutivo, com foco especial na condição das mulheres nesse processo. Republicado em 2013, após a crise financeira de 2008 e 2009, momento em que a teoria marxista é revisitada e requisitada¹, a produção de Vogel, ganha vida novamente recuperando as

¹ Para mais detalhes acerca do ressurgimento do interesse nas obras de Marx, ler Bhattacharya 2023, p.20.

obras marxianas, fomenta espaço de estudo sobre a Reprodução Social, que fica conhecido como Teoria da Reprodução Social (Freire, 2020). A importância desse relativamente novo campo de estudo tem por intenção redesenhar a busca pela emancipação da classe trabalhadora, em uma perspectiva que vise a superação das opressões de gênero, raça e classe.

Uma das mais importantes contribuições da TRS, consiste em tecer reflexões a respeito de como a classe trabalhadora se reproduz, enfatizando que esse processo de reprodução se dá essencialmente fora do processo de produção capitalista num local “baseado em laços de parentesco” chamado “família”. Por tomar consciência dessas análises, se evidencia que as contribuições de Marx, em *O Capital* são insuficientes, para compreender esse processo, tendo em vista que, a categoria “reprodução social” em Marx, são sobretudo, relacionadas a reprodução do próprio sistema capitalista, e não da reprodução da força de trabalho (Federici, 2021).² Sendo assim, a TRS parte de Marx e do marxismo, porém busca avançar na compreensão de categorias e conceitos, que historicamente foram relegadas a segundo plano, como a reprodução social e questões relacionadas as opressões (de gênero, raça e sexualidade).

Segundo Bhattacharya (2019), “a percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário”, isso significa dizer que, o sistema capitalista deve ser compreendido “como complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa, ontológica”. (Ruas, 2021, p. 382). Por essa razão teorizar a respeito da reprodução social oferta um campo propício de inventivas, acerca de como opera o modo de produção capitalista como um todo, e não apenas na esfera da produção. A esfera da reprodução se abre como um largo campo de indagações e apontamentos para exploração e opressão capitalista como nunca.

No livro organizado por Bhattachayra, “Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão” a autora faz uma indagação de extrema importância: “Se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, então quem produz o trabalhador?”. Essa pergunta é um terreno fértil para repensarmos as

² Sobre uma crítica a Marx e o marxismo, a respeito da esfera da reprodução, ver Federici, “O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo” (v. 1). Boitempo Editorial, 2021

relações sociais que são permeadas, e estão inseridas no modo de produção capitalista, a partir das reflexões realizadas pela TRS, percebemos que a força de trabalho é produzida fora do circuito de produção. O trabalho concebido como “reprodutor da força de trabalho”, pode ser denominado por trabalho reprodutivo, ou trabalho de cuidado, que estão relacionados as atividades de preparação de alimentos, atividades de limpeza, cuidado com crianças, idosos e pessoas enfermas. Mas por qual a razão, o trabalho reprodutivo/de cuidado tem relevância para TRS? Antes de mais nada, se torna necessário realizar apontamentos de quem realiza esse trabalho, e de que forma ele é realizado. Para então sermos capazes de evidenciar a relação da TRS com o trabalho de cuidado.

No Brasil em 2022, de acordo com a os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD:

as mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Cerca de 92% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas no período analisado, enquanto apenas 80,8% dos homens desse grupo etário estavam envolvidos nessas atividades. (PNAD, 2022).

Esses dados nos fornecem apontamentos acerca da primeira questão levantada, sobre quem realiza o trabalho reprodutivo/de cuidado, evidenciando que majoritariamente são mulheres. O relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, realizado pela OXFAM BRASIL⁴, em janeiro de 2020, aponta que “dos cerca de 67 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo, 80% são mulheres” enfatizando ainda que, “Mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado”. Esses dados, além de nos esclarecer quem, e como são realizados os trabalhos de cuidado no Brasil, e no mundo, levantam questões mais profundas, como: a subordinação das mulheres no capital, e a desigualdade econômica e

³ Conheça medidas do Governo Federal para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado no país. Publicado em 06 nov 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/conheca-medidas-do-governo-federal-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-no-pais>. Acesso em: 17 fev 2024.

⁴ Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Publicado em janeiro de 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade>. Acesso em: 17 fev 2024.

de gênero no modo de produção capitalista.

Esses apontamentos também clarificam a relevância do trabalho de cuidado para a TRS, tendo em vista que a partir da teorização sobre o processo de reprodução da força de trabalho, no espaço privado dos lares, denunciam a dupla exploração sofrida pelas mulheres, que são exploradas nos postos de trabalho assalariado, mas também são exploradas e subordinadas ao trabalho de cuidado nos lares de forma não remunerada. Outra grande contribuição da TRS se dá a partir da compreensão de como o modo de produção capitalista usufrui do trabalho não remunerado das mulheres para sua manutenção, tendo em vista que, a reprodução social é imprescindível para acumulação de capital, seja por gerar mão de obra futura, ou simplesmente por ser responsável pela regeneração da mão de obra disponível, é somente a partir da reprodução social que a força de trabalho se torna apta para voltar ao seu local de trabalho e produzir mais valor.

Para elaboração deste artigo, buscamos realizar um levantamento de referências a partir de pesquisa bibliográfica, em livros, artigos e sites da internet, que discorressem a respeito da Teoria da Reprodução Social, para que pudéssemos apresentar os principais conceitos formulados pela mesma, e fazendo isso, buscamos ainda tecer algumas reflexões a respeito de como a teoria pode contribuir para analisarmos a formulação e implementação da Política Nacional do Cuidado no Brasil.

Teoria da Reprodução Social e as Análises Acerca da Esfera da Reprodução Social

É preciso elucidar que a TRS nasce também com disputas dentro do seu próprio campo teórico, e torna-se necessário apontar essas divergências de pensamentos para que seja possível a compreensão e a qualificação das análises, tendo em vista que, são a partir dessas divergências que se ampliam e qualificam os debates, apresentando um panorama ainda maior de compreensão do que vem a ser a reprodução social, e todos os demais eixos temáticos que permeiam e atravessam o tema.

A TRS, já nasce com uma grande questão: aprofundar os conceitos e categorias desenvolvidas por Marx, e por marxistas, que por si só, apresenta um enorme desafio, tendo em vista que a tradição marxista – majoritariamente composta por homens brancos – segue ortodoxa e até mesmo, conservadora em suas análises sobre o modo de produção capitalista. Sendo assim, além do grande desafio de teorizar a respeito da

temática, a TRS precisa enfrentar também a descredibilidade por parte dos marxistas, que em vários momentos acusaram a TRS de ser fundamentalista⁵, ou de dividir e polarizar a luta de classes. O que por nenhum segundo expressa o que se propõe a teoria da reprodução social, tendo em vista que esta sempre esteve em busca de compreensão unitária das relações sociais, como bem expresso em Ruas (2021, p. 382), a TRS “clama por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política”.

Por essa razão, as contestações feitas pelos próprios marxistas nunca se legitimaram, levando em consideração, que a intenção da teoria sempre foi de, diminuir as dicotomias e direcionar a classe trabalhadora em apenas uma direção, na direção do enfrentamento ao modo de produção capitalista, que em última instância é o responsável por todas expressões de exploração, subordinação e opressão, no mundo em que vivemos.

Outro ponto de divergência surge ao analisar questões relacionadas ao trabalho doméstico, especialmente aquele que é realizado de maneira não remunerada. Em primeiro lugar expande-se a compreensão do que vem a ser trabalho doméstico, pois nesse formato entende-se por trabalho doméstico não só a realização de tarefas domésticas, mas também, segundo Ruas (2019, p. 15), “às tarefas de cuidado relacionadas à gestação, parto, amamentação, criação das crianças e manutenção dos idosos e doentes no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por esposas, mães e irmãs.”. A partir desta compreensão a respeito da temática do trabalho doméstico, abre espaço para mais uma inquietação, que está relacionada a qual modalidade esse trabalho se encaixa, se na esfera de trabalho produtivo, ou improdutivo.⁶

Ruas (2019), apresenta que a respeito desse debate surge a posição de que “o trabalho realizado pelas mulheres seria produtivo, pois o trabalho doméstico produziria a mercadoria força de trabalho, ou seja, seria produtor de mais-valia”. Autoras como Silvia Federici, Selma James, Dalla Costa, são pioneiras dessa linha de pensamento, que atualmente ficou conhecida como “Feminismo da Reprodução Social”,

⁵ Ver Arruzza, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 39-60, 2017.

⁶ Para melhor compreensão acerca do “trabalho produtivo e improdutivo”, ler MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.

as autoras dessa linha de pensamento também foram percussoras no movimento de realizar campanhas que requisitavam salários para o trabalho doméstico (*Wages for housework*)⁷. Uma das maiores contribuições das autoras marxistas autonomistas – como ficaram conhecidas – “foi a sua capacidade de ampliar a concepção de trabalho não remunerado fora da fábrica formal, demonstrando como a reprodução da força de trabalho no lar sustentava o capitalismo”. (Cleaver, 1979, p.59 *apud* Hopkins, 2023, p. 213). Recorrentemente essa corrente de pensamento vem sendo acusada de portarem uma visão abstrata do significado do que viria ser trabalho produtivo⁸. Entretanto, as acusações não diminuem as contribuições que as autonomistas nos oferecem acerca de uma forma feminista de entender os processos de produção e reprodução capitalista.

A outra posição, também apresentada por Ruas (2019), e da qual parte a TRS – e também com qual concordamos e daremos prosseguimento neste trabalho – é a de que:

o trabalho doméstico não seria produtivo, pois produziria apenas valores de uso para o consumo imediato dos membros da família e do trabalhador assalariado, e assim contribuiria para a manutenção geral e a renovação da sua força de trabalho de forma essencial ao funcionamento da produção capitalista. (Ruas, 2019, p. 16).

Salientamos que, por mais que o trabalho doméstico seja compreendido aqui, enquanto trabalho improdutivo, o fato de o mesmo produzir valor de uso, que são utilizados em benéfico próprio pelo capital, situa essa discussão como ponto de extrema importância para repensarmos termos como “classes trabalhadora” e “lutas de classe”. A ação de repensar esses termos, implica segundo Tathi Bhattacharya (2023), considerar como proletariado “todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade – independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital”.

A TRS é responsável pela redefinição do que se entende por “classe trabalhadora” e “agentes revolucionários”, tendo em vista que ao produzir suas análises identifica que os/as trabalhadoras da esfera da reprodução, que comumente não são remuneradas, pertencem a classe trabalhadora e como tal devem estar no processo de superação do modo de produção capitalista. O que se expressa bem na proposta de

⁷ Ver Federici 2019.

⁸ A respeito do debate sobre essa temática ver “Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas”. Valera, 2023.

Bhattachayra no que busca e deve buscar a TRS:

(I) Uma reafirmação teórica da classe trabalhadora como sujeito revolucionário; (II) um entendimento mais amplo dessa classe, que não se restrinja á noção de pessoas empregadas como trabalhadoras assalariadas em qualquer momento; e (III) uma reconsideração da luta de classes, para que ela signifique mais do que a luta por salários e condições de trabalho. (Bhattacharya, 2023, p.144).

Sendo assim, o que a TRS nos possibilita é ampliação da compreensão do que significa a classe trabalhadora, e faz isso esmiuçando o que significam as relações sociais, principalmente nos aspectos voltados para a reprodução da força de trabalho. A oportunidade de identificar e situar as especificidades do trabalho reprodutivo, e como este é apropriado pelo capital, que explora e oprime mulheres ao redor do mundo, é o ônus central da TRS, que ainda amplia a compreensão da totalidade da opressão e exploração subsidiada pelo capital. O ensejo de reinterpretar a respeito da classe trabalhadora, e as novas possibilidades de enfrentamento ao capital, expande a compreensão dessas categorias, busca atrair todas as frações da classe trabalhadora, para que seja possível construir uma força anticapitalista, ampla e poderosa, com capacidade de transformar a sociedade (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019). Concedendo aos trabalhos realizados na esfera da reprodução outros significados, compreendendo estes trabalhos como imprescindíveis para o capital, e situando de acordo com Blanco (2023, p.48), que “âmbito reprodutivo oferece as condições de possibilidade para que a instância produtiva se mantenha ativa na provisão do mais-valor, ressaltando a importância e urgência de unificação de todas as lutas.”

Pelo exposto acerca do trabalho reprodutivo/de cuidado, evidencia-se a necessidade de refletir acerca do que ele significa na prática, ou quais contradições ele expressa no cotidiano da classe trabalhadora, é necessário também, repensar de que maneira as ações do Estado visam intervir nessa relação de contradição entre a esfera de produção de mercadoria e a esfera de reprodução da vida. A Política Nacional de Cuidados, se apresenta então, enquanto um local privilegiado de oportunidade subsidiar reflexões sobre os temas.

Reprodução Social e a Política Nacional de Cuidado (PNC) no Brasil

Atualmente, muito se tem falado sobre a crise do cuidado, que segundo Fraser (2023), está bastante associada a queixas como carência de tempo, e a falta de equilíbrio

entre família/trabalho. O que podemos perceber é que, com estágio financeirizado do capital, o modo de produção capitalista tem alargado as suas “contradições socio-reprodutivas”⁹, o que segundo Fraser (2023), sugere duas ideias, a primeira, revela que a chamada “crise do cuidado”, não é um fenômeno que acontece por acaso, mas sim, é o resultado da “estrutura da nossa ordem social”, em que o modo de produção capitalista alarga as contradições entre produção de mercadoria e produção da vida, minando “sistematicamente a reprodução social”. O segundo ponto, ainda de acordo com Fraser (2023), é o evidente fato de que, a atual crise escancara não somente “algo podre” no estágio atual do capitalismo, “mas na sociedade capitalista em si”. Esses dois fenômenos, analisados em conjunto nos oferta espaço de pensarmos até que ponto a “crise do cuidado”, revela também, uma crise na estrutura do sistema capitalista por inteiro.

Que o capitalismo sobrevive de fases e de contradições, já é algo muito bem expresso nas produções marxistas que analisam este sistema, o que nos chama atenção é que nesse momento atual, o que percebemos é um aprofundamento dessas contradições, principalmente do que diz respeito as esferas de produção e reprodução, que como já apontamos acima, fazem parte de um mesmo processo e são intrínsecas, a respeito disso Fraser (2023), pontua que:

Toda forma de sociedade capitalista abarca uma tendencia profundamente arraigada á crise ou a contradição socio-reprodutiva. Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social em se baseia. Essa contradição [...] está na raiz [...] da nossa chamada crise do cuidado. (Fraser, 2023, p.46-47).

Mas em linhas gerais, o que significa essa tão falada crise do cuidado? Segundo publicações do site Participa Mais Brasil - Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil¹⁰, a crise de cuidado refere-se ao

Desequilíbrio causado pela crescente demanda de cuidados, associada ao acelerado processo de envelhecimento da população - é a feminização desse envelhecimento -, e pela diminuição da oferta familiar de cuidados, devido a, dentre outros fatores, o aumento da inserção das mulheres no mercado de

⁹ Para melhor compressão a respeito das “contradições socio-reprodutivas do capital”, ver Fraser 2023.

¹⁰ Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em: 17 fev 2024.

trabalho e a diminuição do número de pessoas por família. (Brasil, 2023).

O exposto acima, escancara bem a principal contradição entre capital, e reprodução social. O capital realiza um duplo movimento, o de subornar as mulheres ao trabalho assalariado, tendo em vista que essas mulheres – assim como qualquer ser humano - necessitam de bens de consumos que só podem ser angariados a partir do dinheiro, e que este só pode ser adquirido através do salário, e ainda, atribui as mulheres a responsabilidade de arcar – majoritariamente – com os trabalhos de cuidado, não remunerado, na esfera privada dos lares. “Na realização desse duplo movimento, o capitalismo reinventou a opressão as mulheres” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019). Portanto, a ganância em adquirir mais-valor a todo custo, tem gerado uma contradição sem precedentes, tendo em vista que, “o subsistema econômico do capitalismo depende de atividades sociorreprodutivas externas a ele” (Fraser, 2019, p.48), para a sua continuidade.

A crise de cuidado tem se tornado tão evidente, que em vários países ao redor do mundo estão sendo pensadas e criadas políticas públicas com a intenção de barrar, ou diminuir os impactos gerados, pela atual crise. Muito dessa preocupação com a esfera do cuidado, se deve, também, a pandemia do COVID-19, momento em que se escancarou a importância da reprodução da vida, e que se aprofundou as desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero.

Segundo Girardi (2020), “O novo coronavírus paralisou a produção, mas o trabalho de reprodução social da vida não cessa”. E, portanto, o que antes era naturalizado e invisibilizado, no momento da pandemia se provou enquanto um aspecto essencial e fundamental, e que sem essa esfera, a sociedade como um todo, não funciona. Nesse sentido, além de contribuir para o aprofundamento da crise do cuidado, a pandemia também contribuiu para que se revelasse a desigualdade de gênero e o sobrecarregamento das mulheres na esfera privada dos lares.

No Brasil, essa temática ainda é muito recente, porém já vem se efetivando como um novo campo de ações estatais. A exemplo, em 2023, “Desafios para o Enfrentamento da Invisibilidade do Trabalho de Cuidado Realizado pela Mulher no Brasil”, foi tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fornecendo visibilidade ao debate sobre a temática.

Além disso, também em 2023, foi realizado a criação de um Grupo de

Trabalho Interministerial (GTI), com a intenção de elaborar as propostas da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados no Brasil. O GTI- Cuidados¹¹ já conta com marco conceitual, que

estabelece os princípios, objetivos e diretrizes da política. Os princípios incluem a universalidade, integralidade, transversalidade e responsabilização social. Os objetivos visam assegurar o direito ao cuidado, promover a responsabilização social pelos cuidados, garantir a autonomia e independência das pessoas que necessitam de cuidados, e incentivar o bem-estar e a qualidade de vida de todos. (Brasil, 2023).

Em outubro de 2023, foi realizado também, uma Consulta Pública¹², realizada pelo Governo Federal, que consistiu em um formulário eletrônico que buscava “ouvir a sociedade sobre qual Política Nacional do Cuidados é necessária” (Brasil, 2023). A consulta pública buscava resposta de como dividir as responsabilidades do cuidado, entre família, Estado e sociedade civil, para que tais encargos não recaíssem apenas para as mulheres.

Tanto no Marco Conceitual, quanto na Consulta Pública realizada pelos entes governamentais, ainda não foi expresso de que maneira a PNC, atuará para que a divisão de responsabilidade ocorra, nem tão pouco quem irá arcar com essa responsabilidade, nem de que forma o fará. Mesmo se tratando de uma política em estágio de formulação, é necessário que analisemos as conjunturas atuais, para que sejamos capazes de cobrar sua implementação de uma maneira satisfatória para classe trabalhadora, sobretudo para as mulheres.

Uma importante observação a ser feita sobre a criação do GTI-cuidados, é que ele é coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome SNCF/MDS e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres SENAEC/MMulheres, mas é composto por no mínimo 15 ministérios¹³ diferentes, e mais três entidades convidadas permanente. Esse

¹¹ Conheça medidas do Governo Federal para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado no país. Publicado em 06 nov 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/conheca-medidas-do-governo-federal-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-no-pais>. Acesso em: 17 fev 2024.

¹² Idem.

¹³ Para maiores informações a respeito do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, e dos Ministérios que compõem o GTI-cuidados acessar Quadro 1. Composição do GTI-Cuidados, segundo o Decreto nº11460/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em 17 fev 2024.

fator evidencia que a crise do cuidado vem sendo entendida como uma questão que demanda a intersetorialidade, e não apenas uma questão de assistência social como costumava ser vista, esse ponto reforça a questão que a reprodução social, e do cuidado perpassa por diversos âmbitos das relações sociais, e por isso vem demandando atenção estatal.

Se por um lado, devemos comemorar que finalmente o trabalho historicamente inviabilizado – principalmente das mulheres – está ganhando notoriedade, torna-se necessário também, refletir as maneiras com as quais o Estado buscará realizar a implementação dessa política. Não restam dúvidas que formulação desta política é fruto de anos de lutas das mulheres ao redor do Brasil, que estão a muito tempo pontuando que o trabalho fora de casa não as exime de realizar os trabalhos de cuidado em casa, sendo quase impossível conciliar os dois, sinalizando que o esgotamento das mulheres, é real e que vem se intensificando com o passar dos anos. Entretanto torna-se necessário pontuar também, que a formulação de tal política e sua implantação pode ser uma tentativa do Estado em diminuir os impactos das contradições socio-reprodutivas do capital, como mencionado acima, que se expressa bem na contradição mais antiga deste modo de produção, que é o embate entre a produção de mercadorias, e reprodução da vida.

A preocupação expressa no parágrafo acima se legitima se analisarmos atentamente as publicações¹⁴ mais recentes do Estado acerca da PNC, pois não há menção nos textos – produzidos pelos entes governamentais – de quem seriam – ou seria – os responsáveis pela sobrecarga das mulheres com as atividades relacionadas ao cuidado na esfera privada dos lares. Além do mais, as publicações do governo ainda apresentam sínteses de conceitos bem rasas¹⁵, que dificultam compreender de que

¹⁴ A respeito das publicações sobre os conceitos da PNC acessar: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/conheca-medidas-do-governo-federal-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-no-pais> . Acesso em 17 fev, 2024.

¹⁵ A exemplo quando buscam conceituar a “crise do cuidado”, colocando este como: “Desequilíbrio causado pela crescente demanda de cuidados, associada ao acelerado processo de envelhecimento da população - é a feminização desse envelhecimento -, e pela diminuição da oferta familiar de cuidados, devido a, dentre outros fatores, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição do número de pessoas por família.” Esquecem de pontuar que o grande responsável por esse processo, que é o modo de produção capitalista, que historicamente contribui para o sobrecarregamento de mulheres ao redor do mundo. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/conheca-medidas-do-governo-federal-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-no-pais> . Acesso em 17 fev, 2024.

maneira essa política de cuidado auxiliaria na não responsabilização das mulheres a acerca das atividades de cuidado.

Ainda é cedo para realizar análises mais profundas acerca da própria formulação da PNC e da sua futura implantação, tendo em vista que é ainda, um tópico novo na agenda do governo. O que podemos, e devemos realizar são reflexões a respeito do que essa política significa, de que forma se dará o seu investimento, se ela realmente sairá do papel, se irá se tornar política de Estado, e não apenas de governo, tal qual foi a experiência de uma série de políticas públicas anteriores. Para além disso, é necessário refletir sobre o momento atual em que esta política está sendo formulada, e sendo ela formulado em momento de crise socio-reprodutiva do capital, será o bastante para minimizar os impactos de tais contradições? Até que ponto as políticas públicas conseguem atuar enquanto medidas apaziguadoras de classe? Teremos previsão orçamentária voltada a materialização dessa política?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se torna o objetivo deste trabalho esgotar nenhuma das temáticas aqui tratadas, o que pretendemos na verdade é apresentar os temas, tendo em vista que se tratam de assuntos novos e que acreditamos que possam haver diálogos que alarguem a compreensão de ambos e ofertem um espaço amplo de debates.

A TRS por se apresentar enquanto uma teoria unitária, contribui para que seja possível compreender as opressões sofridas especialmente pelas mulheres, nesse mundo gerido pelo capital, em “um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais de opressão, alienação, dominação e exploração no capitalismo” (Ruas, 2019, p.18). Este movimento, nos auxilia conectar a TRS e atual “Crise do Cuidado”, em uma direção que aponte o capital como o responsável pelo aprofundamento de tal crise.

Apresentar a PNC a luz da TRS, significa não aceitar o esvaziamento da temática acerca do cuidado no Brasil, muito além disso, busca evidenciar que tal crise tem raízes ainda mais profunda do que se aparece dos textos apresentados pelo Governo, e por essa razão deve-se aumentar o nível dos debates e cobranças a cerca dessas políticas, para que a efetivação da mesma não torne apenas uma maneira de mercantilizar o

trabalho de cuidado, ou de se tornarem ações paliativas de mediação de classe. O que deve ser cobrado é que a PNC se efetive enquanto política pública que vise a melhoria de vida da classe trabalhadora, especialmente das mulheres.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. Tithi Bhattacharya: O que é a teoria da reprodução social? **Esquerda Online**, Brasil, p. 01-16, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/#:~:text=A%20ideia%20mais%20importante%20da,esfera%20t%C3%AAAm%20efeito%20na%20outra>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: Remapear a classe, recentralizar a opressão. primeira edição. ed. São Paulo, Brasil: Elefante, 2023. 344 p.

BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo para os 99%**: Um manifesto. primeira edição. ed. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2019. 128 p.

BLANCO, Larissa Moretti. **Contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) à análise do trabalho de assistentes sociais**. 7-Dez-2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40754>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Conheça medidas do Governo Federal para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado no país**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/conheca-medidas-do-governo-federal-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-no-pais>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Participa mais Brasil**. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1)**. Boitempo Editorial, 2021.

FREIRE, André Porto. [Texto 2] Marxismo e a opressão às mulheres: por uma teoria unitária, por Lise Vogel. **Coletivo LGBT Comunista**, [S. l.], p. 01-11, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://lgbtcomunista.org/2022/07/11/texto-2-marxismo-e-a-opressao-as-mulheres-por-uma-teoria-unitaria-por-lise-vogel/>. Acesso em: 10 maio 2024.

GIRARDI, Ana. A pandemia do novo coronavírus e a crise da reprodução social. **Aluvião**, [S. l.], p. 01-02, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistaaluviao.com.br/a-pandemia-do-novo-coronavirus-e-a-crise-da-reproducao-social/>. Acesso em: 5 maio 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; **GRUPO de Trabalho Interministerial vai propor política nacional de cuidados para o Brasil**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13653-grupo-de-trabalho-interministerial-vai-propor-politica-nacional-de-cuidados-para-o-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Editorial Boitempo, 2015.

OXFAM (Brasil). OXFAM BRASIL. **Tempo De cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. [S. l.], jan. 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022. **Outras formas de trabalho**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37526>. Acesso em: 2023.

RUAS, Rhaysa. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 7, n. 13, 2019. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/340>. Acesso em: 17 fev. 2024.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Rev. Direito e Práx.**, [s. l.], v. 12, p. 379-415, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VARELA, Paula. Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas. **Revista Marx e o Marxismo**, [s. l.], v. 11, ed. 21, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/563>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma teoria unitária**. primeira edição. ed. São Paulo, Brasil: EXPRESSÃO POPULAR, 2022. 455 p.